



TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

A Superintendência Nacional de Previdência Complementar ("PREVIC"), autarquia de natureza especial vinculada ao Ministério da Previdência, sediada no SCN Quadra 06, Conjunto "A", 12º andar, CEP 70.716-900, Brasília/DF, neste ato representada por seu Diretor-Superintendente e pelo Procurador-Chefe da Procuradoria Federal, de um lado, e de outro a Sociedade Ibgheana de Assistência e Seguridade – SIAS, ("SIAS" ou "ENTIDADE COMPROMISSÁRIA"), entidade fechada de previdência complementar com natureza jurídica de pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 33.937.541/0001-08, com sede na Rua do Carmo nº 11, 6º andar, salas 601 e 602, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20011-020, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social por seu Diretor-Presidente, Sr. CARLOS ALBERTO PEREIRA, brasileiro, casado, engenheiro agrônomo, portador do RG nº [REDACTED], inscrito no CPF sob o nº [REDACTED], domiciliado na [REDACTED], e por seu Diretor Administrativo e Financeiro, Sr. LUIZ AUGUSTO BRITTO DE MACEDO, brasileiro, casado, advogado e administrador, portador da carteira de identidade nº [REDACTED], inscrito no CPF sob o nº [REDACTED], domiciliado na [REDACTED], ("COMPROMISSÁRIOS DIRETORES"), bem como pelos membros do Conselho Deliberativo, Sr. FRANCISCO JOSÉ MOREIRA LOPES, brasileiro, casado, servidor público federal, portador do RG nº [REDACTED], inscrito no CPF sob o nº [REDACTED], domiciliado na [REDACTED], Sr. LAURO PIMENTEL JUNIOR, brasileiro, casado, servidor público federal aposentado, portador do RG nº [REDACTED], domiciliado na [REDACTED], Sra. MILLANE CHAVES DA SILVA, brasileira, divorciada, servidora pública federal, portadora do [REDACTED], domiciliada [REDACTED], Sra. MARIA ANTONIA ESTEVES DA SILVA, brasileira, casada, servidora pública federal aposentada, portadora do RG nº [REDACTED], domiciliada na [REDACTED], Sra. MARIA DO SOCORRO PACHECO DE PINHO, brasileira, divorciada, servidora pública federal aposentada, portadora do RG nº [REDACTED], inscrita no CPF sob o nº [REDACTED], domiciliada na [REDACTED], e Sra. PAULA DIAS AZEVEDO, brasileira, solteira, servidora pública federal, portadora do RG nº [REDACTED], inscrita no CPF sob o nº [REDACTED], domiciliada na [REDACTED], ("COMPROMISSÁRIOS CONSELHEIROS"), doravante nomeados em conjunto ("COMPROMISSÁRIOS"), resolvem, com fulcro no disposto nas Leis Complementares nº 108 e 109, ambas de 29.05.2001 ("LC 108/2001" e "LC 109/2001"), na Lei nº 12.154, de 23.12.2009 ("Lei 12.154/2009"), bem como na Resolução da PREVIC nº 23, de 14.08.2023 ("Resolução PREVIC 23/2023"), celebrar o presente Termo de Ajustamento de Conduta ("TAC"), com base nas seguintes cláusulas:





CLÁUSULA PRIMEIRA – DESCRIÇÃO DOS FATOS E CONDUTAS MOTIVADORES DO TAC (ART. 259, I DA RESOLUÇÃO PREVIC 23/2023)

1.1. Com o advento da Lei nº 8.112, de 11.12.1990 (“Lei 8.112/1990”) e de suas repercussões no âmbito do sistema fechado de previdência complementar, o Departamento de Previdência Complementar (“DPC”) do então Ministério do Trabalho e Previdência Social (“MTPS”) constituiu o Grupo de Trabalho Interministerial, por meio da Portaria nº 3.371, de 29.07.1991, com o objetivo de apresentar propostas para o enquadramento das entidades fechadas de previdência complementar (“EFPC”) cujos participantes estivessem sujeitos ao Regime Jurídico Único (“RJU”).

1.2. O Grupo de Trabalho Interministerial do MTPS elaborou relatório concluindo que o advento do RJU não tornou desnecessária a atuação das EFPC, impondo-se às entidades cujos participantes fossem servidores federais a obrigação de instituir planos alternativos com vistas a ampliar as coberturas do RJU.

1.3. Face às conclusões do Grupo de Trabalho Interministerial, o DPC expediu o Ofício nº 380, de 03.12.1991 (“Ofício DPC 380/1991”), consignando a obrigatoriedade de as EFPC instituírem planos alternativos que abrigassem os servidores alcançados pela Lei 8.112/90.

1.4. Em observância ao Ofício DPC 380/1991, o Conselho de Administração da **SIAS** e o patrocinador não-contributivo Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (“IBGE”) aprovaram, respectivamente, em 24.02.1992 e em 17.06.1992, a criação do Plano de Benefícios Suplementar ao Regime Jurídico Único – PBSRJU (“Plano RJU”).

1.5. Em 29.06.1992, a **SIAS** encaminhou o Ofício CT DS nº 116, à então Secretaria de Previdência Complementar (“SPC”), requerendo a aprovação do Plano RJU.

1.6. Em 04.06.2001, a SPC encaminhou à **SIAS** o Ofício nº 1261/CGFR/CFR comunicando a atuação da EFPC (“Auto de Infração 46/1992”), em virtude da administração do Plano RJU, dentre outros aspectos.

1.7. Por intermédio da Portaria SPC nº 177, de 15.02.2005 (“Portaria SPC 177/2005”), a SPC outorgou registro no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios (“CNPB”), sob nº 1991.0012-74, ao Plano RJU.

1.8. A SPC exarou a Nota Técnica nº 99/SPC/DELEG, de 23.06.2006, a qual, dentre outros aspectos, concluiu no item 99, alínea “a”, que *“nenhum servidor público abrangido pela instituição do Regime Jurídico Único em 12.12.1990 poderia, a partir dessa data, permanecer vinculado a um plano de previdência complementar patrocinado pelo Estado, salvo se mantida a sua condição de participante com base em contribuições vertidas exclusivamente por ele mesmo, sem a concorrência do Poder Público (...)”*.

1.9. Em 03.06.2006, o Conselho de Gestão da Previdência Complementar (“CGPC”), em sua 90ª Reunião Ordinária, julgou procedente, por decisão unânime, o recurso interposto pela **SIAS** nos autos





do processo nº 44.000.001405/2001-20, para tornar insubsistente e sem efeito o Auto de Infração 46/1992.

1.10. Em 13.04.2015, foi emitida a Nota nº 047/2015/CGAT/DITEC/PREVIC, subscrita pelo Coordenador Geral para Alterações e pelo Diretor de Análise Técnica da PREVIC, constatando a inexistência de contribuições do patrocinador não-contributivo IBGE ao Plano RJU.

1.11. Em 16.07.2021, foi emitido o Ofício nº 37/2021/ERRJ/DIFIS/PREVIC, enviado à **SIAS** pela **PREVIC**, determinando a adoção de providências necessárias, no prazo de 90 dias, com o fito de obter autorização específica para operar o Plano RJU.

1.12. Em 15.10.2021, a **SIAS** encaminhou à **PREVIC** a CT DP 28/2021, contendo a proposta de alteração do regulamento do Plano RJU e manifestação de expressa concordância do patrocinador não-contributivo IBGE (Ofício nº 50/2021/DE/IBGE, de 29 .09.2021).

1.13. Em 04.07.2022, a Procuradoria Federal Junto à PREVIC exarou o Parecer nº 00008/CGCJ/PREVIC/PGF/AGU (“Parecer AGU 08/2022”), manifestando-se contrariamente ao pedido de alteração de regulamento do Plano RJU formulado pela **SIAS**.

1.14. Em virtude do disposto no Parecer da Procuradoria Federal Junto à PREVIC, a **SIAS** encaminhou à **PREVIC** o Carta DP 006, de 25.01.2024 (“CT DP 006/2024”), solicitando a revisão das conclusões emanadas no Parecer AGU 08/2022.

1.15. Face aos argumentos de fato e de direito apresentados pela **SIAS** na CT DP 006/2024, a Procuradoria Federal Junto à PREVIC exarou o Parecer nº 00032/CGCJ/PFPREVIC/PGF/AGU, de 20 12. 2024 (“Parecer AGU 32/2024”), opinando pela parcial revisão das conclusões emanadas no Parecer AGU 08/2022, no sentido de ser possível à Administração autorizar formalmente o Plano RJU da **SIAS**, mediante a celebração de TAC.

1.16. Em 17.06.2025, o Diretor de Licenciamento da PREVIC, proferiu o Despacho SEI/PREVIC nº 081325, no qual destaca trecho da COTA n. 00004/2025/CGCJ/PFPREVIC/PGF/AGU, que indica a referida revisão parcial das conclusões emanadas no Parecer AGU 08/2022, e determina a notificação da SIAS para manifestar-se sobre o tema.

1.17. Em 18.06.2025, a Coordenação-Geral de Licenciamento de Planos de Benefícios, proferiu, nos autos do processo administrativo nº 44011.005637/2025-03, o Despacho SEI/PREVIC nº 0810693, pelo qual encaminhou à SIAS a cópia da COTA n. 00004/2025/CGCJ/PFPREVIC/PGF/AGU e do Parecer AGU 32/2024, conferindo prazo para a eventual manifestação da SIAS em relação a esse documento.

1.18. A atual situação do Plano RJU é compreendida pela PREVIC como tecnicamente inadequada, tendo em vista o entendimento dessa autarquia quanto à existência de patrocinador não contributivo e às características da massa de participantes e a modalidade do plano de benefício, que não se





mostrariam capazes de atender a necessidade de regularização do plano, principalmente em razão do risco de insolvência do plano a médio e longo prazo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1. Em observância ao disposto no art. 251 e seguintes da Resolução PREVIC 23/2023, o presente TAC tem por objeto estabelecer prazos e condições para sanar os óbices técnicos apontados no Despacho 0447165, de 12.04.2022, do Diretor de Licenciamento da PREVIC, mediante uma operação de migração que compreenderá: (i) a criação de um plano na modalidade de contribuição definida (“Plano de Destino”); (ii) a oferta de migração voluntária do Plano RJU (Plano de Origem) para o Plano de Destino; e (iii) encerramento do Plano RJU, com a devolução das reservas matemáticas para eventuais participantes e assistidos que não optem pela migração (“Operação de Migração”).

2.2. O encerramento do Plano RJU, que se dará no bojo da Operação de Migração, observará, no que couber, o procedimento aplicável à rescisão de convênio de adesão por iniciativa da entidade fechada de previdência complementar, disciplinado pela Resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar-CNPC nº 59, de 13.12.2023.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA PROPOSTA

3.1. Para assegurar o cumprimento do objeto previsto na Cláusula 2.1, a **ENTIDADE COMPROMISSÁRIA** submeterá à **PREVIC**, conforme prazos e cronograma previstos neste TAC, requerimento relativo ao processo de licenciamento para a migração dos participantes e assistidos do Plano RJU para plano de benefícios na modalidade de Contribuição Definida, a ser instituído, na mesma ocasião, pela **SIAS**.

3.2. Após a conclusão do processo de migração, a **SIAS** deverá proceder à extinção do Plano RJU, mediante a sua liquidação ordinária.

CLÁUSULA QUARTA – DO CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

4.1. Para assegurar o cumprimento do objeto previsto na Cláusula 2.1, a execução da proposta constante neste TAC será implementada a partir da publicação de inteiro teor ou extrato no Diário Oficial da União (“DOU”), conforme estabelecido no art. 259, inciso III, da Resolução Previc 23/2023, em observância ao seguinte cronograma:

Item	Atividade	Prazo para Execução
1	Elaboração de Nota Técnica Atuarial compreendendo a segregação dos benefícios do Plano RJU com custeio capitalizado dos benefícios com custeio não capitalizado.	até 45 (quarenta e cinco) dias , a partir da publicação





	Apresentação de Parecer Atuarial com a demonstração que as condições fáticas atuais demonstram a inviabilidade do Plano RJU no médio e longo prazo.	no DOU da aprovação do TAC.
2	<p>Elaboração, pelos Compromissários Diretores, e envio, para acompanhamento da PREVIC, da proposta de migração com a criação de novo plano de benefícios e encerramento do Plano RJU, contemplando as minutas de: (i) proposta de regulamento, acompanhando de Parecer Jurídico e Parecer Atuarial, do plano de Contribuição Definida a ser instituído pela SIAS; (ii) proposta de alteração do regulamento do Plano RJU, com a previsão das regras de individualização de reservas e das regras de migração; e (iii) proposta de Termo de Migração.</p> <p>O envio de tais informações para PREVIC objetiva apenas dar conhecimento à autarquia quanto à evolução das providências, não demandando a aprovação pela autarquia nesta etapa.</p>	até 60 (sessenta) dias , após a conclusão do “item 1”.
3	Aprovação pelo Conselho Deliberativo da SIAS da Operação de Migração.	até 90 (noventa) dias , após a conclusão do “item 2”.
4	Disponibilização do inteiro teor da proposta de Operação de Migração, com todos os documentos que instruirão o requerimento, aos participantes e assistidos, pelos meios de comunicação usualmente utilizados pela EFPC, e ao IBGE.	até 10 (dez) dias , após a conclusão do “item 3”.
5	Protocolo na PREVIC, pelos Compromissários Diretores, dos documentos exigidos pela legislação vigente para a Operação de Migração.	até 5 (cinco) dias , após o término do prazo de 30 (trinta) dias de disponibilização das informações aos participantes, na forma conclusão do “item 4”.
6	Análise pela PREVIC da Operação de Migração.	até 80 (oitenta) dias úteis contados da data do protocolo, na forma do “item 5”, com suspensão da contagem de prazo na hipótese de ser formulada exigência de alteração da proposta de migração





7	Decisão pela PREVIC da Operação de Migração.	até 30 (trinta) dias úteis contados do término da análise pela PREVIC, na forma do “item 6”
8	Adoção, pelos Compromissários Diretores, dos procedimentos de implementação da Operação de Migração, incluindo a comunicação e contatos (inclusive telefônicos e pessoais) com os participantes e assistidos para esclarecimento das providências necessárias e respectivas consequências.	até 180 (cento e oitenta) dias , após a aprovação pela PREVIC da Operação de Migração.
9	Adoção, pelos Compromissários Diretores, das providências para o encerramento da Operação de Migração, início do funcionamento do plano na modalidade de Contribuição Definida, aferição dos resultados da migração e início das providências para o encerramento do Plano RJU e devolução das reservas matemáticas aos participantes que não optaram pela migração.	até 45 (quarenta e cinco) dias , após a conclusão do “item 8”.
10	Envio, pelos Compromissários Diretores, de comprovação da finalização da Operação de Migração, com o encerramento do Plano RJU, e encerramento do TAC pela PREVIC.	até 90 (noventa) dias , após a conclusão do “item 9”.
11	Envio de relatório periódico ao Escritório Regional do Rio de Janeiro (ERRJ) da PREVIC para o acompanhamento da evolução das providências adotadas pela SIAS para cumprimento do TAC.	a cada 30 (trinta) dias , a partir da publicação no DOU da aprovação do TAC.

CLÁUSULA QUINTA – DA INEXISTÊNCIA DE CONFISSÃO E EFEITOS SOBRE OUTRAS ESFERAS JURÍDICAS

5.1. A celebração do presente TAC não importa confissão nem reconhecimento de qualquer irregularidade relativa à administração do Plano RJU, tampouco configura reconhecimento de quaisquer ilicitudes pela **ENTIDADE COMPROMISSÁRIA** e pelos **COMPROMISSÁRIOS**, nos termos do art. 252, § 1º, da Resolução PREVIC 23/2023.

5.2. A celebração do presente TAC não afasta a eventual responsabilidade administrativa perante outros órgãos da administração pública ou penal pelo mesmo fato, nem importa reconhecimento de responsabilidade para outros fins que não os estabelecidos expressamente no compromisso.





CLÁUSULA SEXTA – DA SUSPENSÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO EM CURSO E DA INTERRUPÇÃO DA PRESCRIÇÃO ADMINISTRATIVA

6.1. A celebração do presente TAC implicará, nos termos do art. 261 da Resolução PREVIC 23/2023, a suspensão de quaisquer procedimentos ou processos administrativos eventualmente em curso em face dos **COMPROMISSÁRIOS**, em decorrência do objeto deste TAC, bem como a suspensão da prescrição administrativa.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA PENALIDADE POR DESCUMPRIMENTO

7.1. Declarado o descumprimento integral ou parcial das obrigações deste TAC, cada **COMPROMISSÁRIO**, bem como seus respectivos sucessores, se obriga a recolher, por meio de Guia de Recolhimento da União – GRU específica, a título de penalidade, a importância de R\$ 65.773,66 (sessenta e cinco mil, setecentos e setenta e três reais e sessenta e seis centavos), reajustada anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC/IBGE, ou por índice que vier a substituí-lo, de acordo com o disposto no art. 263 da Resolução PREVIC 23/2023.

CLÁUSULA OITAVA – DA OBSERVÂNCIA DOS PRAZOS DA CLÁUSULA SEXTA E DO PRAZO DE VIGÊNCIA

8.1. Os prazos previstos na Cláusula Sexta não serão tidos por descumpridos por caso fortuito, força maior ou que não tenham sido causados pelos **COMPROMISSÁRIOS** (exemplificativamente, decisões judiciais ou administrativas impeditivas das atividades indicadas Cláusula Sexta), sendo retomados os prazos integralmente após o afastamento de tais situações.

8.2. O presente TAC vigorará pelo prazo de 25 (vinte e cinco) meses a contar da data em que o extrato da aprovação deste instrumento for publicado no DOU. Caso ocorra atraso no cumprimento do presente instrumento por caso fortuito, força maior ou que não tenha sido causado pelos **COMPROMISSÁRIOS** (exemplificativamente, decisões judiciais ou administrativas impeditivas), o prazo de vigência será automaticamente alterado, somando-se, após o afastamento de tais situações, os prazos integrais fixados na Cláusula Sexta.

CLÁUSULA NONA – DO TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL E DA OBRIGAÇÃO DOS SUCESSORES

9.1. Declarado o descumprimento do presente TAC, a penalidade pecuniária prevista na Cláusula Décima deverá ser recolhida pelos **COMPROMISSÁRIOS** no prazo de 15 (quinze) dias, contados da notificação da decisão definitiva, em observância ao art. 266, *caput*, da Resolução PREVIC 23/2023.

9.2. Na hipótese de inadimplemento da penalidade pecuniária no prazo previsto na Cláusula 12.1, o presente TAC se constituirá título executivo extrajudicial, conforme disposto no art. 5º, § 6º, da Lei nº 7.347, de 24.07.85, no art. 784, inciso IV do Código de Processo Civil de 2015 e no art. 252 da Resolução PREVIC 23/2023.





9.3 Os compromissos fixados nesse TAC e as respectivas responsabilidades serão sucedidos na forma da legislação em vigor.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DIVULGAÇÃO DA CELEBRAÇÃO DO TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

10.1. A **ENTIDADE COMPROMISSÁRIA** está ciente que, após a celebração do presente TAC, deverá divulgá-lo, pelos meios de comunicação usualmente utilizados pela **SIAS**, a todos os participantes e assistidos do Plano RJU.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA ALTERAÇÃO

11.1. As condições previstas neste TAC poderão ser alteradas por intermédio de Termo Aditivo, mediante solicitação fundamentada da **ENTIDADE COMPROMISSÁRIA** e/ou dos **COMPROMISSÁRIOS**, na forma do art. 267 da Resolução PREVIC 23/2023.

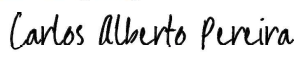
CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO


12.1 – Fica eleito o foro da cidade de Brasília/DF, para dirimir eventuais litígios envolvendo o presente TAC, declamando os **COMPROMISSÁRIOS**, expressamente, estarem de acordo com os termos constantes deste instrumento.

Rio de Janeiro, 19 de dezembro de 2025.

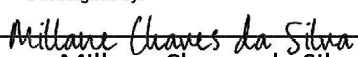
Pela Sociedade Ibgeana de Assistência e Seguridade – SIAS

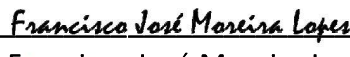
Diretores Executivos (Compromissários Diretores)

DocuSigned by:

4348A23C10554AD
Carlos Alberto Pereira
Diretor-Presidente

DocuSigned by:

C173C342C2D34E4
Luiz Augusto Britto de Macedo
Diretor Administrativo e Financeiro

Membros do Conselho Deliberativo (Compromissários Conselheiros)

DocuSigned by:

C12732433A71E2...
Millane Chaves da Silva
Presidente do Conselho Deliberativo

DocuSigned by:

C173C342C2D34E4
Francisco José Moreira Lopes
Conselheiro





DocuSigned by:

3FD5B3DD33E640E...

Lauro Pimentel Junior
Conselheiro

Assinado por:

CFA8F550E1C34CD...

Maria Antonia Esteves da Silva
Conselheira

DocuSigned by:

93A46773D4C9442...

Maria do Socorro Pacheco de Pinho
Conselheira

Assinado por:

54E515E786E4474

Paula Dias Azevedo
Conselheira

Pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC

Documento assinado digitalmente



RICARDO PENA PINHEIRO

Data: 19/12/2025 15:40:31-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Ricardo Pena Pinheiro
Diretor-Superintendente

Documento assinado digitalmente



LEANDRO SANTOS DA GUARDA

Data: 19/12/2025 13:23:18-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Leandro Santos da Guarda
Procurador-Chefe da Procuradoria Federal



SIAS – Sociedade Ibgeana de Assistência e Seguridade

Rua do Carmo, nº 11 / 6º andar – Centro – Rio de Janeiro – RJ – CEP 20011-020

www.sias.org.br